

ARTE
NOVA

OVO
MOL

SALINAS

VER-
DE



TERRA
HORIZ

AVEIRO

CÂMARA MUNICIPAL

Prestação de Contas
Consolidadas

2017

ÍNDICE*Pág.***CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO MUNICIPAL – 2017**

INTRODUÇÃO	5
1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	7
1.1 – NOTA INTRODUTÓRIA	9
1.2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	11
1.3 - MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	12
2. BALANÇO CONSOLIDADO	13
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	23
4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	27
5. DÍVIDA BRUTA DESAGREGADO POR MATURIDADE E NATUREZA	31
6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	35
7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	55

INTRODUÇÃO

Com todas as Contas respeitantes ao exercício de 2017 devidamente apresentadas e formalmente aprovadas, apresentamos a Conta Consolidada 2017, somando todas as Contas da Câmara Municipal de Aveiro (CMA) e de todas as entidades do seu Universo Municipal.

Esta Conta Consolidada 2017 é elaborada e sujeita à apreciação e deliberação dos Órgãos Autárquicos cumprindo os devidos prazos legais, e num quadro novo de gestão financeira da CMA, dado que 2017 foi o ano do arranque da execução plena do Programa de Ajustamento Municipal (PAM), peça fundamental do processo de recuperação e capacitação financeira da CMA.

Os processos de extinção das Empresas Municipais, MoveAveiro, TEMA, EMA e AveiroExpo, que prosseguiram em 2017 com múltiplas diligências, estando apenas a AveiroExpo em pleno e normal funcionamento, embora já em fase de liquidação. O ano de 2017 foi o primeiro da execução do contrato de concessão dos transportes municipais rodoviários e marítimos.

Esta Conta Consolidada 2017 continua a apresentar de forma clara e evidente os resultados positivos das contas da CMA e do seu Universo de Entidades Municipais, na senda dos anos anteriores, com destaque para alguns aspetos mais relevantes:

- Continuamos a apresentar resultados positivos à semelhança dos anos anteriores embora com um ligeiro aumento dos diversos custos por força do Município exercer quase na sua plenitude as suas competências;
- Os resultados encontram-se fortemente influenciados pelo facto de terem sido reforçadas de forma mais prudente as provisões, em particular ao nível de dívidas de clientes;
- O endividamento total aumentou na ordem dos 4,7 milhões de euros, resultado de um aumento de 53,6 milhões de euros no endividamento de médio e longo prazo conjugado com a redução de 48,9 milhões de euros no endividamento de curto prazo, sendo a principal razão a execução dos desembolsos do empréstimo FAM e o atraso no processo de dissolução das empresas municipais e na formalização de alguns processos de despesa;
- O aumento do investimento em cerca de 6 milhões de euros, que se reparte por 3,4 milhões de euros ao nível de bens de domínio público e 2,6 milhões de euros ao nível do imobilizado corpóreo.

Estes aspetos revestem-se da maior importância e são indicadores expressivos da contínua recuperação financeira, forte e sustentável que a CMA está a executar, assim como da sua capacitação em termos financeiros e de realização de investimento, nomeadamente ao nível dos serviços públicos essenciais e das obras financiadas por Fundos Comunitários, em consequência das muitas medidas de gestão que têm vindo a ser tomadas ao longo do mandato autárquico 2013/2017, no qual a CMA passa de uma situação organizacional, financeira, de funcionamento e prestação de serviços, péssima (em outubro de 2013) para boa (em dezembro de 2017), com um programa de recuperação e estruturação que vai prosseguir nos termos que estão definidos e na importante fase de consolidação em que estamos.

Esta Conta Consolidada de 2017 é a primeira das duas, com a de 2018, que marcam a fase de transição da CMA para uma gestão financeira com a dívida a clientes toda paga, pela utilização do empréstimo do Fundo de Apoio Municipal, o que está a permitir um crescendo forte de credibilidade e de capacidade da CMA para prestar serviços de qualidade e executar investimento de montante relevante em quantidade e em qualidade.

A argumentação política justificativa das contas não é apresentada, pelo facto de ter sido devidamente feita nos documentos de cada uma das entidades e o debate político ter sido intenso e claro no devido tempo da sua apreciação.

Cumprimos assim um preceito legal e ficamos com uma base de informação organizada, que torna possível a comparação da evolução das Contas do Universo Municipal, muito importante para a gestão devidamente cuidada e sustentável que estamos a fazer e que temos de prosseguir a bem da CMA e do Município de Aveiro, e em especial dos seus Cidadãos.

Aveiro, 01 de junho de 2018

José Agostinho Ribau Esteves

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas.

O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*, e o n.º 2 que a entidade mãe ou consolidante é o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal.

O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Estabelece ainda no n.º 7 que *“Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:*

- a) Balanço consolidado;*
- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;*
- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;*
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.”*

O art.º 76º estabelece ainda que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Em cumprimento do disposto no artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se o presente Relatório de Contas Consolidadas relativas ao ano de 2017, o qual será submetido para aprovação em momento diferente da apresentação das contas individuais nos termos do nº 2, do artigo 76º da referida Lei, no sentido de cumprir os termos dispostos no art.º 51º, n.º 2, alínea d) e do art.º 52º, n.º 4, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas, na redação dada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, a qual fixa como data limite até 30 de junho de cada exercício.

1.2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Assim, o grupo público municipal engloba o Município de Aveiro e quatro empresas municipais, o perímetro de consolidação passa a ser constituído por:

Entidades Participadas Incluídas no Perímetro de Consolidação

Designação da entidade	Tipo de entidade	NIPC	% Capital Social detida pelo Município a 31/12/2017	Montante da Participação
MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.	EM	507190327	100,00%	3.209.201,49
EMA – Estádio Municipal de Aveiro. E.E.M.	EM	505132460	100,00%	1.496.393,69
TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M.	EM	507327985	100,00%	50.000,00
Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.E.M.	EM	507095677	51,00%	38.250,00
TOTAL				4.793.845,18

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Quanto às excluídas, seguem igualmente abaixo:

Entidades Participadas Excluídas do Perímetro de Consolidação

Designação da entidade	Tipo de entidade	NIPC	% Capital Social detida pelo Município a 31/12/2017	Montante da Participação
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	ES	502761024	0,06%	13.030,00
ADCL - Águas do Centro litoral, S.A.	ES	503929441	3,11%	1.250.000,00
Matadouros da Beira Litoral, S.A.	ES	504463420	3,27%	49.900,00
AveiroPolis - Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.	ES	505077949	40,00%	3.800.000,00
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	ES	505132478	45,43%	1.590.000,00
ADRA - Aguas da Região de Aveiro, S.A.	ES	509107630	17,35%	3.035.500,00
PCI - Parque de Ciência e Inovação, S.A.	ES	509574254	2,50%	187.500,00
TOTAL				9.925.930,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

1.3 - MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do Município de Aveiro foi o método de consolidação integral, pelo facto do valor da participação dos capitais próprios das empresas municipais serem contabilizados na conta patrimonial 41 – “Investimentos Financeiros” do Município.

Este método consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

2. *BALANÇO CONSOLIDADO*

BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2017, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo, em Ativo Circulante e Acréscimos e Diferimentos. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo e igualmente Acréscimos e Diferimentos.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Aveiro permite verificar o forte peso do Município enquanto entidade-mãe, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Apresentamos, de seguida um resumo do Balanço Consolidado do ano de 2017,

Balanco Consolidado Sintético 2017	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	31-dez-17		31-dez-16	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%
Ativo				
Imobilizado				
Bens de Domínio Público	74.138.939,81	22,5%	78.126.268,85	24,7%
Imobilizações Incorpóreas	951,42	0,0%	951,42	0,0%
Imobilizações Corpóreas	196.508.765,12	59,6%	198.117.739,43	62,6%
Investimentos Financeiros	8.544.184,13	2,6%	8.549.517,81	2,7%
Total do Ativo Fixo	279.192.840,48	84,6%	284.794.477,51	90,0%
Circulante				
Existências	1.118.711,60	0,3%	1.023.160,36	0,3%
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	56.425,73	0,0%	57.719,32	0,0%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	8.383.206,17	2,5%	8.645.161,92	2,7%
Títulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	39.409.214,98	11,9%	20.197.550,76	6,4%
Acréscimos e Diferimentos	1.784.061,13	0,5%	1.802.619,34	0,6%
Total do Ativo Circulante	50.751.619,61	15,4%	31.726.211,70	10,0%
Total do Ativo	329.944.460,09	100,0%	316.520.689,21	100,0%

Descrição	31-dez-17		31-dez-16	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%
Fundos Próprios e Passivo				
Fundos Próprios				
Património	146.631.741,77	44,44%	146.117.782,61	46,16%
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	1.345.630,17	0,41%	1.338.418,21	0,42%
Resultados Transitados	-12.402.708,90	-3,76%	-29.580.240,48	-9,35%
Resultado Líquido do Exercício	6.953.459,60	2,11%	16.812.064,34	5,31%
Interesses Minoritários	7.894,83	0,00%	159.921,11	0,05%
Total de Fundos Próprios	142.536.017,47	43,2%	134.847.945,79	42,6%
Passivo				
Provisões para riscos e encargos	6.197.005,45	1,9%	4.687.575,37	1,5%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	83.222.154,47	25,2%	29.554.128,96	9,3%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	28.272.210,77	8,6%	77.221.606,96	24,4%
Acréscimos e Diferimentos	69.717.071,93	21,1%	70.209.432,13	22,2%
Total do Passivo	187.408.442,62	56,8%	181.672.743,42	57,4%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	329.944.460,09	100,0%	316.520.689,21	100,0%

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se que o do grupo municipal de Aveiro evidencia um Ativo Líquido Total de 329.944.460,09 €, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 279.192.840,48 € cerca de 84,6% do total do Ativo.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Aveiro permite verificar o forte peso enquanto entidade-mãe, e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo, onde se pode aferir uma representatividade na ordem dos 90% (90,2%), muito próximo do verificado no ano anterior (89,6%), embora com um ligeiro crescimento na ordem do 0,6%, por força de um aumento da rubrica *depósitos em instituições financeiras e caixa*, resultante da forte contenção na gestão da tesouraria do exercício de 2017.

Através da análise da estrutura do Ativo, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 84,6%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais das contas do Município de Aveiro 83,2%. Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 88,7% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 15,4%, a posição do Município apresenta à semelhança do ano anterior um peso ligeiramente superior 17,6%.

No que diz respeito à estrutura dos Fundos Próprios e Passivo, podemos constatar que o peso relativo dos Fundos Próprios representa no final do exercício, é de cerca de 43,2%, destacando-se a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 44,44% neste agregado. Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 84,39% por este agregado. O Passivo assume um peso de 56,8%, no que ao Total do Passivo e Fundos

Próprios dizem respeito, enquanto em termos de grupo a posição do Município apresenta um peso bastante superior cerca de 94,72%.

Na análise do Passivo, as Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazos representam cerca de 83 milhões de euros, um valor substancialmente superior ao apresentado no ano anterior cerca de 29 milhões de euros, este aumento deveu-se em grande parte ao recebimento do empréstimo do FAM no decorrer do ano 2017. A dívida de maior expressão em termos globais é, a das Instituições Financeiras representando cerca de 89,38% do total das dívidas de médio e longo prazo, cabendo a restante parte a fornecedores (conta corrente e imobilizado) e outros credores. As dívidas de Curto Prazo, no montante de cerca de 28 milhões de euros, um valor substancialmente inferior ao apresentado no ano anterior cerca de 77 milhões de euros, esta acentuada diminuição em cerca de 49 milhões de euros resulta da execução do Plano de Ajustamento Municipal no que concerne às dívidas a terceiros, ou seja no pagamento a fornecedores em cerca 17,3 milhões de euros e a instituições de crédito em cerca 31,6 milhões de euros.

Grupo Municipal		ANO 2017			ANO 2016
2017		AB	AP	AL	AL
Código das Contas POICAL	ATIVO				
	Imobilizado				
	Bens de Domínio Público				
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras Construções e infra-estruturas	176.395.768,13	106.241.846,94	70.153.921,19	74.909.635,36
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	452.989,18	5.115,85	447.873,33	375.042,86
459	Outros bens de domínio público	364.793,42	279.497,15	85.296,27	53.599,57
445	Imobilizações em curso	3.451.849,02	0,00	3.451.849,02	2.787.991,06
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		180.665.399,75	106.526.459,94	74.138.939,81	78.126.268,85
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propiedade industrial e outros direitos	8.690,13	7.738,71	951,42	951,42
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		8.690,13	7.738,71	951,42	951,42
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	90.282.702,44	0,00	90.282.702,44	90.184.711,39
422	Edifícios e outras construções	137.349.625,05	35.557.223,27	101.792.401,78	103.556.232,29
423	Equipamento básico	20.268.735,64	18.106.575,78	2.162.159,86	1.962.902,70
424	Equipamento de transporte	2.393.161,57	1.585.069,25	808.092,32	575.472,03
425	Ferramentas e utensílios	223.692,80	170.116,24	53.576,56	51.722,78
426	Equipamento administrativo	5.876.648,43	5.612.074,96	264.573,47	415.796,81
427	Taras e vasilhame	40.170,41	40.170,41	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	193.774,04	185.838,67	7.935,37	13.953,53
442	Imobilizações em curso	1.137.323,32	0,00	1.137.323,32	1.356.947,90
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		257.765.833,70	61.257.068,58	196.508.765,12	198.117.739,43
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	3.987.500,00	3.800.000,00	187.500,00	187.500,00
412	Obrigações e títulos de participação	8.356.684,13	0,00	8.356.684,13	8.361.684,13
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	333,68
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		12.344.184,13	3.800.000,00	8.544.184,13	8.549.517,81

BALANÇO CONSOLIDADO					
Grupo Municipal					
2017		ANO 2017			ANO 2016
Código das Contas POICAL	ATIVO	AB	AP	AL	AL
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.299.587,15	184.448,89	1.115.138,26	1.019.587,02
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	3.573,34	0,00	3.573,34	3.573,34
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.303.160,49	184.448,89	1.118.711,60	1.023.160,36
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
282	Empréstimos concedidos	56.425,73	0,00	56.425,73	57.719,32
		56.425,73	0,00	56.425,73	57.719,32
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	1.158.154,87	18.798,25	1.139.356,62	1.126.335,14
212	Contribuintes, c/c	1.692.093,42	0,00	1.692.093,42	2.376.405,77
213	Utentes, c/c	1.005.519,61	0,00	1.005.519,61	1.007.675,80
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.607.961,90	1.607.961,90	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	361.795,85	0,00	361.795,85	361.795,85
24	Estado e outros entes públicos	52.779,54	0,00	52.779,54	41.102,20
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	4.131.661,13	0,00	4.131.661,13	3.731.847,16
		10.009.966,32	1.626.760,15	8.383.206,17	8.645.161,92
	Títulos negociáveis				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e Títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	39.406.305,21	0,00	39.406.305,21	20.185.476,80
11	Caixa	2.909,77	0,00	2.909,77	12.073,96
		39.409.214,98	0,00	39.409.214,98	20.197.550,76
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.709.447,59	0,00	1.709.447,59	1.754.204,18
272	Custos diferidos	74.613,54	0,00	74.613,54	48.415,16
		1.784.061,13	0,00	1.784.061,13	1.802.619,34
	Total de amortizações		167.791.267,23		
	Total de provisões		5.611.209,04		
	Total de ativo	503.346.936,36	173.402.476,27	329.944.460,09	316.520.689,21

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

BALANÇO CONSOLIDADO			
Grupo Municipal			
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2017	ANO 2016
	Fundos Próprios		
51	Património	146.631.741,77	146.117.782,61
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação	721.155,45	721.155,45
	Reservas		
571	Reservas legais	1.325.118,53	1.325.118,53
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios		
576	Doações	54.114,91	47.969,91
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	-754.758,72	-755.825,68
59	Resultados transitados	-12.402.708,90	-29.580.240,48
88	Resultado líquido do exercício	6.953.459,60	16.812.064,34
	Interesses minoritários	7.894,83	159.921,11
		142.536.017,47	134.847.945,79
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	6.197.005,45	4.687.575,37
		6.197.005,45	4.687.575,37
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
221	Fornecedores, c/c	6.602.220,28	6.602.220,28
2312	Dívidas a instituições de crédito	71.659.301,38	11.666.111,99
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	4.250.000,01
2613	Leasing	2.721.741,60	3.465.592,77
262 + 263 + 267 + 268	Outros Credores	2.238.891,21	3.570.203,91
		83.222.154,47	29.554.128,96

BALANÇO CONSOLIDADO			
Grupo Municipal			
Código das Contas POICAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2017	ANO 2016
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito	5.105.209,74	36.746.607,37
269	Adiantamentos por conta de vendas	1.240.189,00	1.240.189,00
221	Fornecedores, c/c	2.914.932,83	6.158.505,98
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	665.053,08	950.388,63
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	574.662,89	464.818,79
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.204,80	921,20
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	8.195.757,21	13.413.856,63
2613	Leasing	748.445,32	4.303.006,13
24	Estado e outros entes públicos	472.357,97	482.134,63
264	Administração autárquica	51.562,50	553.360,73
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	7.116.392,05	12.097.952,25
2618	Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	1.186.443,38	809.865,62
		28.272.210,77	77.221.606,96
	Acréscimo e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.858.688,82	2.292.132,21
274	Proveitos diferidos	65.858.383,11	67.917.299,92
		69.717.071,93	70.209.432,13
	Total dos fundos próprios e do passivo	329.944.460,09	316.520.689,21

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido e perspetivar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do grupo municipal, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, as Amortizações do Exercício e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) os que mais contribuem para o seu total. O peso dos custos com pessoal face ao ano anterior apresenta um decréscimo na ordem dos 836.000€, enquanto a rubrica dos FSE's apresenta um aumento de cerca de 1.016.000€. Ainda ao nível da estrutura de custos será de realçar o aumento das transferências e subsídios correntes na ordem dos 2.350.000€, e a diminuição dos custos e perdas extraordinários na ordem dos 1.730.000€.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA					
Grupo Municipal					
Código das Contas POCAL		Exercício			
		2017		2016	
Custos e Perdas					
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		23,88	
	Matérias	749.465,08		759.443,01	
			749.465,08		759.466,89
62	Fornecimento e serviços externos	12.483.681,22		11.466.840,53	
	Custos com pessoal:				
641 + 642	Remunerações	10.354.794,34		10.945.302,32	
643 a 648	Encargos Sociais	2.766.684,91		3.012.654,36	
			25.605.160,47		25.424.797,21
63	Transferências e Subsídios correntes concedidos e prestações sociais	3.515.974,99		1.162.276,81	
			3.515.974,99		1.162.276,81
66	Amortizações do exercício	10.919.219,00		11.125.204,57	
67	Provisões do exercício	2.390.659,46		853.776,80	
			13.309.878,46		11.978.981,37
65	Outros custos e perdas operacionais	502.434,63		702.860,14	
			502.434,63		702.860,14
	(A)		43.682.913,63		40.028.382,42
68	Custos e perdas financeiras	1.058.560,86		1.126.993,40	
	(C)		44.741.474,49		41.155.375,82
69	Custos e perdas extraordinárias	4.105.093,25		5.838.665,26	
	(E)		48.846.567,74		46.994.041,08
	Imposto sobre o rendimento do exercício	70.419,92		45.360,42	
			70.419,92		45.360,42
88	Resultado líquido do exercício		6.953.459,60		16.812.064,34
	Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários	94.960,70		11.927,62	
			94.960,70		11.927,62
			55.965.407,96		63.863.393,46

Do lado dos Proveitos há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 71,27% dos proveitos do grupo municipal, apresentando face ao ano anterior uma diminuição de 3,25%, sendo seguidos pelas transferências e subsídios obtidos com 21,98% neste caso a tendência relativamente ao ano anterior inverteu-se apresentado assim um aumento de 1,88%. As Vendas e Prestações de Serviços com 14,36% apresentam também um decréscimo de 0,36%.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA					
Grupo Municipal					
Código das Contas POICAL		Exercício			
		2017		2016	
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas de Prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	0,00		44,97	
7112 + 7113	Vendas de Produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de Serviços	6.867.436,08		7.618.938,79	
7114+715	Venda de Bens	215.536,43		324.115,70	
716	Anulação de Venda de Bens	-35.934,79	7.047.037,72	-12.891,57	7.930.207,89
72	Impostos e taxas	29.953.946,91		34.242.548,65	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	1.173.567,05		710.712,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	10.786.168,98		10.830.028,41	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	114.270,92	42.027.953,86	168.463,82	45.951.752,88
	(B)	0,00	49.074.991,58	0,00	53.881.960,77
78	Proveitos e ganhos financeiros	3.108.211,32	3.108.211,32	2.995.650,41	2.995.650,41
	(D)	0,00	52.183.202,90	0,00	56.877.611,18
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.782.205,06	3.782.205,06	6.985.782,28	6.985.782,28
	(F)		55.965.407,96		63.863.393,46
RESUMO:					
	Resultados Operacionais (B)-(A):		5.392.077,95		13.853.578,35
	Resultados Financeiros (D)-(C-A):		2.049.650,46		1.868.657,01
	Resultados Correntes (D)-(C):		7.441.728,41		15.722.235,36
	Resultado Líquido do Exercício(F)-(E):		6.953.459,60		16.812.064,34

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Em termos de resultados apurados a tendência inverteu-se face ao ano anterior, os Operacionais diminuíram cerca 8,4 milhões euros, os Correntes 8,2 milhões de euros e os Líquidos 9,8 milhões de euros, fixando-se em 5.392.077,95€, 7.441.728,46€ e 6.953.459,60€ respetivamente. No sentido contrário temos os resultados financeiros que aumentaram em cerca de 180.993,45€ fixando-se em 2.49.650,46€, por força do aumento dos proveitos financeiros em 2017. A diminuição dos Operacionais deve-se essencialmente ao aumento verificado com as transferências e subsídios concedidos no âmbito do Plano Municipal de Apoio ao Associativismo e com a diminuição da receita dos Impostos e Taxas.

4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado é um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2017 registou entradas de fundos que corresponderam a 122.047.122,62€, dos quais 119.089.851,59€ são provenientes de receitas orçamentais e 2.957.271,03€ resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais 99.967.903,61€, inferior em 19.121.947,98€ à Receita Global, e existindo um saldo inicial de 19.416.144,75€, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 38.538.092,73€. A este saldo acrescem 871.122,25€ como saldo de operações de tesouraria.

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS			
Grupo Municipal			2017
RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	20.197.550,76		DESPESAS ORÇAMENTAIS
Execução Orçamental	19.416.144,75		Correntes
Operações de Tesouraria	781.406,01		Capital
RECEITAS ORÇAMENTAIS	119.089.851,59		OPERAÇÕES DE TESOURARIA
Correntes	53.227.415,53		
Capital	65.674.894,86		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE
Outras	187.541,20		Execução Orçamental
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	2.957.271,03		Operações de Tesouraria
TOTAL	142.244.673,38		TOTAL
			142.244.673,38

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2017, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 2.957.271,03€, enquanto os movimentos de saída totalizaram o valor de 2.867.554,79€. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

**5. Dívida Bruta Desagregado
por Maturidade e Natureza**

DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA, DESAGREGADO POR MATURIDADE E NATUREZA

O grupo municipal apresenta uma dívida bruta consolidada desagregada por maturidade e natureza conforme mapa abaixo apresentado, representando um total de dívida de 111.494.365,24€ a qual se desagrega conforme a sua maturidade em, 83.222.154,47€ de médio e longo prazos e 28.272.210,77€ curto prazo.

Face ao ano anterior o total da dívida bruta consolidada, teve um aumento na ordem dos 4,7 milhões de euros, este montante resultou da unicamente da entrada do empréstimo FAM nas contas da entidade - mãe, Município.

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros						Eliminação de créditos/ dívidas recíprocos	Grupo Municipal Consolidado
	CMA	MOVEAVEIRO	EMA	TEMA	AVEIRO-EXPO	TOTAL		
1	2	3	5	6	7	8=2+...+7	9	10=8-9
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	83.222.154,47	0,00	0,00	0,00	0,00	83.222.154,47	0,00	83.222.154,47
Fornecedores	6.602.220,28	0,00	0,00	0,00	0,00	6.602.220,28	0,00	6.602.220,28
Dívidas a instituições de crédito e Leasing	74.381.042,98	0,00	0,00	0,00	0,00	74.381.042,98	0,00	74.381.042,98
Outros Credores	2.238.891,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.238.891,21	0,00	2.238.891,21
Dívidas a terceiros - Curto prazos	22.604.546,15	1.005.785,49	5.099.770,51	185.108,79	688.346,11	29.583.557,05	-1.311.346,28	28.272.210,77
Fornecedores	11.258.335,54	315.448,94	1.237.658,61	157.516,96	468.666,99	13.437.627,04	-475.440,54	12.962.186,50
Dívidas a instituições de crédito e Leasing	5.316.357,32	500.000,00	195.703,59	8.594,15	0,00	6.020.655,06	-167.000,00	5.853.655,06
Outros Credores	6.029.853,29	190.336,55	3.666.408,31	18.997,68	219.679,12	10.125.274,95	-668.905,74	9.456.369,21
Total	105.826.700,62	1.005.785,49	5.099.770,51	185.108,79	688.346,11	112.805.711,52	-1.311.346,28	111.494.365,24

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Município de Aveiro apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2017, reportado a 31 de dezembro.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeira das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no setor público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º da Lei n.º 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1. Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013 – Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Entidade Mãe - Município de Aveiro

Sede Social – Praça da República - Apartado 244 - 3810 – 156 AVEIRO

Atividade Principal – Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.

Sede Social – Centro Coordenador de Transportes, Rua Artur Almeida Eça, 3800-111 Aveiro

Atividade Principal – A MOVEAVEIRO “é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral” e tem como objeto social a produção, exploração e gestão da rede de transporte público urbano, designadamente nas áreas de:

- a) Transporte Coletivo regular de passageiros;
- b) Transporte Fluvial de passageiros;
- c) Serviço de BUGAS – Bicicletas de Utilização Gratuita de Aveiro;
- d) Organização e Gestão do Transporte Escolar;
- e) Exploração e/ou gestão do estacionamento oneroso de superfície ou subterrâneo;

- f) Transporte alternativo, nomeadamente minibus, táxi coletivo, transporte ferroviário ligeiro de superfície, veículos de energia limpa, etc.;
- g) Exploração e Gestão de parques de estacionamento, de armazenagem, de recolha, de parqueamento, de cargas e descargas e de outras atividades logísticas conexas, terminais ou centros de camionagem;
- h) Serviços associados de turismo e publicidade;
- i) Atividades complementares que direta ou indiretamente, contribuam para a criação sustentada dum oferta multimodal de transportes e a gestão integrada dum rede pública de mobilidade, incluindo a gestão dos seguintes equipamentos municipais:

Participação – Detida a 100% pelo Município

Órgãos Sociais – A composição dos órgãos sociais prevista nos estatutos da empresa e para o ano 2016 eram a seguinte:

- a) Conselho de Administração, agora Comissão Liquidatária:
 - Presidente do Conselho de Administração: Eng^o José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;
 - Vogais: Dr.^a Maria do Rosário Lopes Carvalho, Vereadora da Câmara Municipal de Aveiro e Sr. Jorge Manuel Mengo Ratola, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.
- b) Fiscal Único:
 - Dr. João Paulo Mendes Marques (n.º 1440), em representação da Empresa de Revisores Oficiais de Contas CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.



ESTÁDIO MUNICIPAL DE AVEIRO

EMA – Estádio Municipal de Aveiro. E.E.M.

Sede Social – Estádio Municipal de Aveiro, Lugar de Taboeira, 3804-505 Aveiro

Atividade Principal – Com a deliberação da extinção da EMA - Estádio Municipal de Aveiro, EEM- em liquidação e com a consequente entrada em fase de liquidação, a actividade da empresa foi Internalizada no Município de Aveiro. Conforme determinado pela Comissão Liquidatária já em 1 de Outubro de 2015, durante o ano em apreço a EMA - em liquidação manteve apenas a titularidade dos contratos necessários ao cumprimento de obrigações legais.

Participação – Detida a 100% pelo Município

Órgãos Sociais – A composição dos órgãos sociais prevista nos estatutos da empresa e para o ano 2017 eram a seguinte:

a) Conselho de Administração, agora Comissão Liquidatária:

- Presidente do Conselho de Administração: Eng^o José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;
- Vogais: Dr.^a Maria do Rosário Lopes Carvalho, Vereadora da Câmara Municipal de Aveiro e Dr. Rogério Paulo dos Santos Carlos, da Câmara Municipal de Aveiro.

b) Fiscal Único:

- Dr. João Paulo Mendes Marques (n.º 1440), em representação da Empresa de Revisores Oficiais de Contas CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.



TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M.

Sede Social – TEMA - Teatro Aveirense, Rua Belém do Pará, 3810 - 066 Aveiro.

Atividade Principal – Com a deliberação da extinção da TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. em liquidação e com a consequente entrada em fase de liquidação, a actividade da empresa foi Internalizada no Município de Aveiro. Em 2017 a empresa esteve a assegurar o necessário apoio logístico a bilheteira, e a manutenção e limpeza das instalações do Teatro. Dado que a gestão da actividade programática se encontra a ser definida e executada pelo Município de Aveiro.

Participação – Detida a 100% pelo Município

Órgãos Sociais – A composição dos órgãos sociais prevista nos estatutos da empresa e para o ano 2017 eram a seguinte:

a) Conselho de Administração, agora Comissão Liquidatária:

- Presidente do Conselho de Administração: Eng^o José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;

- Vogais: Dr.^a Maria do Rosário Lopes de Carvalho, Vereadora da Câmara Municipal de Aveiro e Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro;
- b) Conselho Consultivo: Sem nomeação para o quadriénio em curso.
- c) Fiscal único:
- Dr. Avelino Azevedo Antão (n.º 589), em representação da Empresa de Revisores Oficiais de Contas CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.



Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.M.

Sede Social – Rua Dr. Manuel Almeida Trindade, 3810-488 Aveiro

Atividade Principal – Aveiro-Expo tem como objeto social principal a gestão e exploração da infraestrutura «Parque de Exposições de Aveiro», assegurando a continuidade e qualidade da prestação dos serviços públicos da mesma, e promovendo, através da conjugação de esforços e de interesses dos seus principais agentes, o desenvolvimento económico sustentado do concelho e região de Aveiro.

Participação – Detida a 51% pelo Município

Órgãos Sociais – A composição dos órgãos sociais prevista nos estatutos da empresa e para o ano 2017 eram a seguinte:

- a) Assembleia Geral:
- Presidente – AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, Eng. João Carlos Fernandes Figueiredo;
 - Secretária – CMA – Câmara Municipal de Aveiro – representada por: Dr.^a Maria do Rosário Lopes de Carvalho;
- b) Conselho de Administração:
- Presidente do Conselho de Administração: Eng^o José Agostinho Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro;

- Vogais: Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Vereador da Câmara Municipal de Aveiro e Sr. Fernando Paiva de Castro, representante da AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro;

c) Fiscal único:

- Dr. Avelino Azevedo Antão (n.º 589), em representação da Empresa de Revisores Oficiais de Contas CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda.

1.2. Entidades Excluídas na Consolidação

As entidades excluídas do perímetro de consolidação são as seguintes entidades:

Entidades Participadas Excluídas do Perímetro de Consolidação

Designação da entidade	Tipo de entidade	NIPC	% Capital Social detida pelo Município a 31/12/2017	Montante da Participação
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	ES	502761024	0,06%	13.030,00
ADCL - Águas do Centro litoral, S.A.	ES	503929441	3,11%	1.250.000,00
Matadouros da Beira Litoral, S.A.	ES	504463420	3,27%	49.900,00
AveiroPolis - Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.	ES	505077949	40,00%	3.800.000,00
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	ES	505132478	45,43%	1.590.000,00
ADRA - Aguas da Região de Aveiro, S.A.	ES	509107630	17,35%	3.035.500,00
PCI - Parque de Ciência e Inovação, S.A.	ES	509574254	2,50%	187.500,00
TOTAL				9.925.930,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

1.3. – Número de trabalhadores ao serviço do Grupo consolidado, durante o exercício, repartido por categorias.

O número de trabalhadores do Grupo Municipal consolidado em 31-12-2017 era de 601, desagregados por entidade conforme mapa abaixo:

Trabalhadores ao serviço por categoria a 31 de dezembro de 2017

Categoria	CMA	MOVEAVEIRO	EMA	TEMA	AVEIRO-EXPO
Dirigente	15				
Técnico superior	139		1		
Assistente técnico	146				
Assistente operacional	243				
Informática	17				
Polícia municipal	13				
Outros Grupos	16				
Diretor Executivo					
Coordenador					
Técnico especializado					1
Gestor					
Responsável de manutenção			1		
Produtor					
Administrativo				1	3
Operacional				2	3
SUB-TOTAL	589	0	2	3	7
TOTAL			601		

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

Não aplicável.

3. – Procedimentos de Consolidação

Aplica-se ao grupo consolidado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos constantes das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelaram necessários, os documentos de prestação de contas das entidades consolidadas, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. – Endividamento consolidado de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazos desagregado conforme mapa abaixo apresentado, representando um total de endividamento consolidado de **83.222.154,47€**.

Código/designação das contas	Dividas a terceiros						Eliminação de créditos/ dividas recíprocos	Grupo Municipal Consolidado
	CMA	MOVEAVEIRO	EMA	TEMA	AVEIRO-EXPO	TOTAL		
1	2	3	5	6	7	8=2+...+7	9	10=8-9
Dividas a terceiros - Médio e longo prazos								
Fornecedores	6.602.220,28	0,00	0,00	0,00	0,00	6.602.220,28	0,00	6.602.220,28
Dividas a instituições de crédito e Leasing	74.381.042,98	0,00	0,00	0,00	0,00	74.381.042,98	0,00	74.381.042,98
Outros Credores	2.238.891,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.238.891,21	0,00	2.238.891,21
Total	83.222.154,47	0,00	0,00	0,00	0,00	83.222.154,47	0,00	83.222.154,47

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

5. – Saldos e Fluxos Financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º6 do art.º 75º do RFALE) da entidade consolidante e das que consolidadas resultam nos seguintes mapas:

MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.

Tipo de fluxos	Câmara Municipal e Moveaveiro,EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências para equilíbrio de contas		230.000,00		230.000,00	0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais					0,00	44.788,26	131,27		131,27	44.788,26
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participação do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00	0,00	44.788,26	131,27	0,00	131,27	44.788,26

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

EMA – Estádio Municipal de Aveiro. E.E.M.

Tipo de fluxos	Câmara Municipal e EMA,EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências para equilíbrio de contas		98.200,00		98.200,00	0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00	167.000,00				167.000,00
Relações Comerciais					0,00	682.448,73				682.448,73
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participação do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	0,00	98.200,00	0,00	98.200,00	0,00	849.448,73	0,00	0,00	0,00	849.448,73

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M.

Tipo de fluxos	Câmara Municipal e Tema,EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências para equilíbrio de contas	0,00	51.100,00		51.000,00	100,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais					0,00	167.572,03	0,00		0,00	167.572,03
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participação do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
Total	0,00	51.100,00	0,00	51.000,00	100,00	167.572,03	0,00	0,00	0,00	167.572,03

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.E.M.

Tipo de fluxos	Câmara Municipal e Aveiro-Expo,EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	251.562,10				251.562,10	24.332,81	2.983,75		2.418,48	24.898,08
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participação do capital em espécie					0,00					0,00
Outros	175.841,53				175.841,53					0,00
Total	427.403,63	0,00	0,00	0,00	427.403,63	24.332,81	2.983,75	0,00	2.418,48	24.898,08

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

6. Informações relativas a compromissos

Nada a assinalar.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1. Imobilizações

No que se refere ao ativo imobilizado encontram-se refletidos no Balanço todos os bens inventariados e valorizados até 31 de dezembro. Para tal foram utilizados o custo de aquisição ou custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo o respetivo preço de compra mais os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Da mesma forma, entende-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias – primas e outros materiais diretamente consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

No entanto, os que evidenciam preço desconhecido ou desatualizado, o preço é determinado de acordo com o valor de mercado, nos termos das regras definidas no nº 1, do artigo 20º em articulação com a alínea a) do nº 2 do artigo 39º, ambos do CIBE, metodologia também adotada aquando do inventário inicial. O imobilizado adquirido em 2017 encontra-se registado pelo custo de aquisição ou de produção.

As despesas de reparação ou manutenção do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custo no ano em que ocorrem, sendo as de valor mais significativo imputadas ao correspondente bem no final de cada exercício.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com a respetiva execução e consequente faturação.

7.2. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, contudo os mesmos face aos processos de dissolução e liquidação em curso, foram objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão no ano 2014).

7.3. Locação Financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, estão reconhecidas no balanço. Consequentemente as amortizações destes bens e os juros das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

7.4. Existências

As existências foram registadas ao custo de aquisição e movimentadas através do sistema de inventário permanente, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém e valorização.

7.5. Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência, de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, sendo de salientar as existentes e realizadas em 2014 respeitantes aos Investimento Financeiros.

7.6. Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.7. Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.8. Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal, cada uma das entidades registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

Nada a assinalar.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

A 31 de dezembro de 2017 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

Ativo Bruto							
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros Abates Transferências	Saldo Final	
Bens do Domínio Público							
451	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
453	Outras construções e infraestruturas	174.108.141,77	0,00	917.872,65	0,00	1.369.753,71	176.395.768,13
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	379.846,23	4.790,28	61.398,48	0,00	6.954,19	452.989,18
459	Outros bens de domínio público	317.919,83	0,00	46.873,59	0,00	0,00	364.793,42
445	Imobilizações em curso	2.787.991,06	-225.577,56	2.384.187,93	0,00	-1.494.752,41	3.451.849,02
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	sub-total	177.593.898,89	-220.787,28	3.410.332,65	0,00	-118.044,51	180.665.399,75
Imobilizações Incorpóreas							
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	8.690,13	0,00	0,00	0,00	0,00	8.690,13
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	sub-total	8.690,13	0,00	0,00	0,00	0,00	8.690,13
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	90.184.711,39	241.413,16	407.753,18	439.420,43	-111.754,86	90.282.702,44
422	Edifícios e outras construções	136.182.918,32	260.190,00	354.458,63	0,00	552.058,10	137.349.625,05
423	Equipamento básico	20.631.496,99	8.900,77	665.250,72	0,00	-1.036.912,84	20.268.735,64
424	Equipamento de transporte	2.226.731,31	0,00	378.039,85	0,00	-211.609,59	2.393.161,57
425	Ferramentas e utensílios	216.219,60	0,00	19.981,45	0,00	-12.508,25	223.692,80
426	Equipamento administrativo	6.032.397,47	-3,23	28.270,61	0,00	-184.016,42	5.876.648,43
427	Taras e vasilhame	40.170,41	0,00	0,00	0,00	0,00	40.170,41
429	Outras imobilizações corpóreas	192.883,14	0,00	893,50	0,00	-2,60	193.774,04
442	Imobilizações em curso	1.356.947,90	-6.370,78	744.503,25	0,00	-957.757,05	1.137.323,32
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	sub-total	257.064.476,53	504.129,92	2.599.151,19	439.420,43	-1.962.503,51	257.765.833,70
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	3.987.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.987.500,00
412	Obrigações e títulos de participação	8.361.684,13	0,00	0,00	0,00	-5.000,00	8.356.684,13
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	sub-total	12.349.184,13	0,00	0,00	0,00	-5.000,00	12.344.184,13
	TOTAL	447.016.249,68	283.342,64	6.009.483,84	439.420,43	-2.085.548,02	450.784.107,71

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

Amortizações e Provisões					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	99.198.506,41	7.043.340,53	0,00	106.241.846,94
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	4.803,37	312,48	0,00	5.115,85
Outros bens de domínio público	4859	264.320,26	15.176,89	0,00	279.497,15
	sub-total	99.467.630,04	7.058.829,90	0,00	106.526.459,94
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	7.738,71	0,00	0,00	7.738,71
	sub-total	7.738,71	0,00	0,00	7.738,71
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822	32.626.686,03	3.061.162,97	130.625,73	35.557.223,27
Equipamento básico	4823	18.668.594,29	480.914,73	1.042.933,24	18.106.575,78
Equipamento Transporte	4824	1.651.259,28	126.010,61	192.200,64	1.585.069,25
Equipamento Ferramentas Utensílios	4825	164.496,82	13.559,63	7.940,21	170.116,24
Equipamento Administrativo	4826	5.616.600,66	182.535,20	187.060,90	5.612.074,96
Taras e vasilhame	4827	40.170,41	0,00	0,00	40.170,41
Outras imobilizações corpóreas	4829	178.929,61	6.911,66	2,60	185.838,67
	sub-total	58.946.737,10	3.871.094,80	1.560.763,32	61.257.068,58
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
	sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Titulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
	sub-total	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00
	Total de Amortizações	158.422.105,85	10.929.924,70	1.560.763,32	167.791.267,23
	Total das Provisões	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00
	Total Geral	162.222.105,85	10.929.924,70	1.560.763,32	171.591.267,23

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Nada a assinalar.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram

Nada a assinalar.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado

Nada a assinalar.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado

Nada a assinalar.

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor

Nada a assinalar.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Nada a assinalar.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável

Nada a assinalar.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Designação	Entidade					
	CMA	MOVEAVEIRO	EMA	TEMA	AVEIRO-EXPO	TOTAL
1	2	3	5	6	7	8=2+...+7
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de Bens	179.601,64	0,00	0,00	0,00	0,00	179.601,64
Prestação de Serviços	4.779.645,83	1.065.824,83	14.218,76	0,00	1.007.746,66	6.867.436,08
Total	4.959.247,47	1.065.824,83	14.218,76	0,00	1.007.746,66	7.047.037,72

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Nada a assinalar.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros

Nada a assinalar.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Designação da entidade	Órgão	
	Executivo	Fiscalização
Câmara Municipal de Aveiro	156.241,41	8.720,00
MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.		5.904,00
EMA – Estádio Municipal de Aveiro. E.E.M.		9.000,00
TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M.		1.800,00
Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.E.M.		4.080,00
TOTAL	156.241,41	29.504,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de

tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação

Nada a assinalar.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Nada a assinalar.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Nada a assinalar.

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados							
Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	1.055.937,20	1.124.748,43	781	Juros obtidos	4,49	168,73
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	2.930.149,92	2.850.586,32
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	178.976,83	144.876,39
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	8,12	18,97
688	Outros custos e perdas financeiros	2.623,66	2.244,97	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	2.049.650,46	1.868.657,01	789	Reembolsos e Restituições	-928,04	0,00
		3.108.211,32	2.995.650,41			3.108.211,32	2.995.650,41

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados							
Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	1.074.970,51	1.145.838,12	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	88,71	177,59	793	Ganhos em existências	13.699,12	33.127,82
694	Perdas em imobilizações	799.514,30	2.699.172,88	794	Ganhos em imobilizações	244.748,87	20.496,56
695	Multas e Penalidades	202.454,19	383.983,13	795	Benefícios de penalidades contratuais	530.401,87	132.363,52
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	4.732,47	1.649.316,34
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	1.874.344,64	1.390.346,35	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	731.200,00	2.520.751,90
698	Outros custos e perdas extraordinárias	153.720,90	219.147,19	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.257.422,73	2.629.726,14
				799	Reembolsos Restituições e Anulações	0,00	0,00
	Resultados Extraordinários	-322.888,19	1.147.117,02				
		3.782.205,06	6.985.782,28			3.782.205,06	6.985.782,28

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Desdobramento das contas de provisões acumuladas					
Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.373.208,27	102.116,51	584.864,63	890.460,15
292	Provisões para riscos e encargos	4.687.575,37	1.572.534,33	63.104,25	6.197.005,45
39	Provisões para Depreciação de Existências	152.851,63	31.597,26	0,00	184.448,89
49	Provisões para Investimentos Financeiros	3.800.000,00	0,00	0,00	3.800.000,00

Fonte: Sistema de Contabilidade Autárquica - Câmara Municipal de Aveiro e Relatórios Gestão e Contas das Empresas

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Designação da entidade	Beneficiário	Descrição	Valor
MoveAveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M.	-	-	0,00
Teatro Aveirense, L.da.	-	-	0,00
EMA – Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo Bancário - assegurar o reembolso de capital e juros	200.000,00
TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M.	-	-	0,00
Aveiro Expo – Parque de Exposições, E.E.M.	-	-	0,00
TOTAL			200.000,00

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Nada a assinalar.

9. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais

Nada a assinalar.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Nada a assinalar.

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do "Município de Aveiro", que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 329.944.460 euros e um total de fundos próprios de 142.536.017 euros, incluindo um resultado líquido de 6.953.460 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do "Município de Aveiro" em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

1. As imobilizações do grupo municipal inscritas em balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017, que perfazem uma quantia líquida total de 270.648.656 euros (correspondendo a 74.138.940 euros de bens de domínio público, 196.508.765 euros de imobilizações corpóreas e 951 euros de imobilizações incorpóreas), ainda não estão suportadas um cadastro/base de dados estabilizado, mesmo em relação a bens municipais existentes há vários anos. Por outro lado, permanecem em curso alguns processos contenciosos em torno da titularidade e reconhecimento do valor de bens imobiliários.
2. Na sequência da internalização dos Serviços Municipalizados de Aveiro (SMA) ocorrida a 30 de abril de 2014, foi reconhecido um efeito desfavorável de 646.543 euros (atualmente em 623.803 euros) na rubrica reservas decorrentes de transferência de ativos. Admitimos que possam ainda subsistir quantias a reconhecer referentes à ativos e passivos contingentes ou outros derivados da internalização de atividades em causa, nomeadamente os que decorrem da contabilização dos efeitos dos contratos existentes com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.
3. As rubricas de clientes, contribuintes, utentes e devedores que no balanço consolidado totalizam 8.330.427 euros estão influenciadas por créditos detidos pelo Município de Aveiro em 7.255.749 euros. Dos testes realizados ao processo de receita municipal por cobrar confrontando as verbas contabilísticas com as aplicações internas, detetamos uma subavaliação no ativo de pelo menos 217 mil euros por contrapartida de resultado do exercício e/ou de exercícios anteriores já transferidos para resultados transitados.

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
 Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
 E-mail: geral@acaudidores.pt – Internet: www.acaudidores.pt

1



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Capital Social | 5.000,00 Euros

—

Contribuinte n.º 503 342 742

4. As imobilizações em curso de 4.589.172 euros, incluídas no total do imobilizado líquido do balanço consolidado, de 270.648.656 euros, incluem 1.609.042 euros de obras que não tiveram movimento nos últimos dois anos e para as quais não obtivemos evidência que já tivessem sido concluídas e/ou que as mesmas não devam ser consideradas como gasto do período, devido à sua não conclusão.
5. As rubricas de clientes *c/c*, contribuintes, *c/c/*, utentes *c/c* e outros devedores líquidos, que totalizam a quantia de 8.330.427 euros do ativo, de acordo com os nossos cálculos encontram-se afetadas por cerca de 2,2 milhões de euros em risco de não cobrança.
6. Na Certificação Legal das Contas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da subsidiária "EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. - Em Liquidação", constam as seguintes reservas:
 - (i) "Tendo em conta as situações de incumprimento para com alguns fornecedores e outros credores, não obstante as negociações em curso pelo Município de Aveiro no âmbito do Programa de Ajustamento Municipal, aliado ao facto de não termos recebido informação da totalidade dos causídicos da Empresa, não é possível confirmarmos os valores calculados de juros de mora bem como a necessidade da criação de provisões."
 - (ii) "Verificamos a existência de saldos de clientes no valor de cerca de 277 mil euros cujo risco de realização consideramos elevado, pelo que entendemos que deveria ser efetuado o registo da respetiva imparidade e conseqüentemente uma diminuição dos capitais próprios naquele montante".
7. Na Certificação Legal das Contas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da subsidiária "AVEIRO-EXPO - Parque de Exposições, E.M.", constam as seguintes reservas por limitação de âmbito:
 - (i) "Constatámos que no exercício de 2014 foram registados gastos no montante de 275.195 euros referentes a consumos de energia do período de 31 de agosto de 2008 a 31 de maio de 2011, não nos foi possível aferir o montante de encargos para a Aveiro-Expo com energia no período de 1 de junho de 2011 até 31 de dezembro de 2017."
 - (ii) "Constatámos a existência de processo judicial em curso no montante de 120.950 euros para a qual não existe provisão constituída. Dos elementos disponíveis não nos é possível emitir opinião sobre critérios adotados no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes".

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

Ênfases

1. Em reunião da Assembleia Municipal de 21 de abril de 2015, foram aprovados processos de liquidação e conseqüente extinção das seguintes empresas municipais: "Moveaveiro - Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. - em liquidação", "TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, E.E.M. - em liquidação" e "EMA-Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. - em liquidação".
2. Em reunião da Assembleia Municipal de 2 de agosto e de 15 de setembro de 2017, foi aprovada a dissolução e internalização da atividade no Município de Aveiro da subsidiária "Aveiro-Expo - Parque de Exposições, E.M. - em liquidação".
3. Na Certificação Legal das Contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da subsidiária "EMA - Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M. - em liquidação", consta a seguinte ênfase: "Tal como referido no relatório da Comissão Liquidatária, durante o exercício de dois mil e dezasseis foi celebrado um protocolo entre o Sport Clube Beira Mar e o Município de Aveiro, em que este assume as responsabilidades das empresas municipais, no sentido da regularização dos montantes envolvendo o Sport Clube Beira Mar, quando se encontrarem reunidas as condições descritas no protocolo."
4. A subsidiária "Moveaveiro - Empresa Municipal de Mobilidade, E.E.M. - em liquidação", divulga no seu anexo às demonstrações financeiras diversos processos judiciais, para os quais é convicção da Administração a existência de uma probabilidade de êxito, o que levou a que não fosse constituída qualquer provisão. Esta situação mereceu uma ênfase por parte do Revisor Oficial de Contas da Empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará

Capital Social 15.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

**JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA**

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Capital Social | 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

LISBOA, em 4 de junho de 2018

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”
(Inscrita sob o n.º 119 na OROC)
Praça de Alvalade, 6, 3º Dtº 1700-036 Lisboa
Representada por
João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

**JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA**

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

**RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

(Unidade monetária: Euro)

À Assembleia Municipal,

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o nosso relatório e o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Aveiro, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017 que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal de Aveiro.

O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município de Aveiro. Para o efeito, recebeu da Câmara Municipal de Aveiro todos os esclarecimentos e informações solicitados.

No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão consolidado, completado o exame, nomeadamente, sobre as demonstrações financeiras consolidadas e seus anexos exigidos por lei com vista à emissão da certificação legal das contas consolidadas.

Parecer

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Aveiro referentes ao exercício de 2017, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação legalmente aplicáveis a este sector, atento ao conteúdo da Certificação Legal das Contas.

Aveiro, em 4 de junho de 2018**“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”**

(Inscrita sob o n.º 119 na OROC)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3.º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

1

